

Sumário

PARTE I PARTE GERAL

Notas prévias do autor	25
CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO AO DIREITO PRIVADO	27
1.1 Evolução histórica	27
1.2 Direito objetivo e direito subjetivo.....	32
1.3 Relação jurídica.....	34
1.4 Direito Público e Direito Privado	37
1.5 Conceito de Direito Civil	38
1.6 Abrangência do Direito Civil.....	38
1.7 Conceito de Direito Comercial (Direito Empresarial).....	39
1.8 Conceito de Direito do Consumidor	40
1.9 Conceito de Direito do Trabalho	44
1.10 Normas de Direito Civil.....	45
1.11 Princípios do Direito Civil.....	45
1.12 Fontes do Direito Civil.....	48
1.13 Vigência da lei.....	53
1.14 Eficácia no tempo	56
1.14.1 Princípio da irretroatividade.....	56
1.14.2 Ato jurídico perfeito	57
1.14.3 Direito adquirido	59
1.14.4 Coisa julgada	62
1.14.5 Normas processuais.....	62
1.14.6 Direito adquirido e retroatividade benéfica	63
1.14.7 Direito intertemporal.....	64
1.15 Eficácia no espaço.....	67
1.16 Interpretação do Direito Civil	68
1.17 Integração do Direito Civil	72
CAPÍTULO 2 – PESSOAS NATURAIS.....	77
2.1 Conceito	77
2.2 Pessoa natural na ordem civil	79
2.3 Personalidade civil.....	80

2.4	Capacidade.....	85
2.5	Incapacidade.....	86
2.6	Incapacidade absoluta.....	88
2.7	Incapacidade relativa.....	89
2.8	Capacidade da pessoa com deficiência.....	93
2.9	Capacidade dos indígenas.....	96
2.10	Maioridade civil.....	97
2.11	Emancipação.....	98
2.12	Fim da existência da pessoa natural.....	101
2.13	Comoriência.....	104
2.14	Registro civil.....	105
2.15	Estado da pessoa natural.....	109
2.16	Nacionalidade e cidadania.....	110
CAPÍTULO 3 – DIREITOS DA PERSONALIDADE.....		115
3.1	Conceito.....	115
3.2	Natureza jurídica.....	115
3.3	Classificação.....	118
3.4	Características.....	119
3.5	Direitos inerentes à personalidade.....	123
3.5.1	Direito à vida.....	123
3.5.2	Direito ao corpo.....	125
3.5.3	Direito à integridade física.....	126
3.5.4	Direito ao nome.....	127
3.5.5	Direitos intelectuais e morais.....	133
3.5.6	Direito à imagem.....	139
3.5.7	Direito à privacidade e sigilo.....	141
3.5.8	Direito à honra.....	146
3.6	Titularidade.....	147
3.7	Proteção.....	151
CAPÍTULO 4 – AUSÊNCIA.....		153
4.1	Conceito.....	153
4.2	Curadoria dos bens do ausente.....	154
4.3	Sucessão provisória.....	155
4.4	Sucessão definitiva.....	156
4.5	Foro competente.....	158
4.6	Registro.....	158
4.7	Efeitos jurídicos da ausência.....	159
CAPÍTULO 5 – PESSOAS JURÍDICAS.....		161
5.1	Introdução.....	161

5.2	Aspectos históricos.....	162
5.3	Natureza jurídica	163
5.4	Classificação.....	165
5.5	Personalidade jurídica da pessoa jurídica	165
5.6	Desconsideração da personalidade jurídica.....	166
5.7	Pessoa jurídica prestadora de serviços intelectuais	175
CAPÍTULO 6 – PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO		177
6.1	Introdução	177
6.2	Pessoas jurídicas de direito público externo.....	177
6.3	Pessoas jurídicas de direito público interno.....	177
6.4	Responsabilidade civil do Estado.....	181
CAPÍTULO 7 – PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO		187
7.1	Espécies	187
7.2	Início da pessoa jurídica	188
7.3	Sociedade dependente de autorização	190
	7.3.1 Sociedade nacional.....	191
	7.3.2 Sociedade estrangeira.....	192
7.4	Sociedades irregulares e de fato	193
7.5	Representação da pessoa jurídica	194
7.6	Administração da pessoa jurídica.....	194
7.7	Término da pessoa jurídica	196
7.8	Associações.....	198
7.9	Sociedades.....	204
	7.9.1 Sociedade em comum	209
	7.9.2 Sociedade em conta de participação.....	209
	7.9.3 Sociedade simples.....	210
	7.9.4 Sociedade em nome coletivo.....	213
	7.9.5 Sociedade em comandita simples.....	213
	7.9.6 Sociedade limitada.....	214
	7.9.7 Sociedade anônima	216
	7.9.7.1 Sociedade anônima do futebol	216
	7.9.8 Sociedade em comandita por ações.....	218
	7.9.9 Sociedade cooperativa	218
	7.9.10 Sociedade de advogados	219
7.10	Fundações	221
7.11	Organizações religiosas	224
7.12	Partidos políticos.....	225
7.13	Empresas individuais de responsabilidade limitada	226

7.14	Empreendimentos de economia solidária	227
7.15	Organizações sociais e organizações da sociedade civil de interesse público	230
CAPÍTULO 8 – DOMICÍLIO		235
8.1	Conceito	235
8.2	Domicílio da pessoa natural	237
8.3	Domicílio da pessoa jurídica	239
8.4	Classificação.....	241
CAPÍTULO 9 – BENS		245
9.1	Conceito	245
9.2	Classificação.....	246
9.3	Bens corpóreos e incorpóreos	247
9.4	Bens móveis e imóveis	247
	9.4.1 Bens imóveis	248
	9.4.2 Bens móveis.....	251
9.5	Bens fungíveis e infungíveis	252
9.6	Bens consumíveis e inconsumíveis.....	254
9.7	Bens divisíveis e indivisíveis.....	255
9.8	Bens singulares e coletivos	256
9.9	Bens reciprocamente considerados.....	258
9.10	Bens públicos e particulares	263
9.11	Bens fora do comércio	268
CAPÍTULO 10 – FATOS JURÍDICOS		273
10.1	Conceito	273
10.2	Classificação.....	273
10.3	Aquisição de direitos.....	276
10.4	Extinção de direitos	277
CAPÍTULO 11 – NEGÓCIO JURÍDICO		281
11.1	Conceito	281
11.2	Elementos	282
11.3	Existência do negócio jurídico	284
	11.3.1 Consentimento e silêncio.....	285
11.4	Validade do negócio jurídico.....	287
11.5	Representação.....	292
11.6	Reserva mental.....	297
11.7	Eficácia do negócio jurídico.....	298
11.8	Classificação do negócio jurídico	299
11.9	Interpretação do negócio jurídico	302

CAPÍTULO 12 – CONDIÇÃO, TERMO E ENCARGO	307
12.1 Introdução	307
12.2 Condição.....	307
12.2.1 Condições lícitas e ilícitas	309
12.2.2 Condições possíveis e impossíveis	310
12.2.3 Condições casuais, potestativas e mistas.....	311
12.2.4 Condições necessárias e voluntárias.....	312
12.2.5 Condições positivas e negativas.....	312
12.2.6 Condições suspensivas e resolutivas	313
12.2.7 Condição maliciosamente obstada ou provocada	316
12.2.8 Retroatividade da condição.....	316
12.3 Termo.....	318
12.4 Encargo.....	322
CAPÍTULO 13 – DEFEITOS DO NEGÓCIO JURÍDICO	325
13.1 Introdução	325
13.2 Classificação.....	325
13.3 Vontade real e declaração.....	326
CAPÍTULO 14 – ERRO OU IGNORÂNCIA	327
14.1 Conceito	327
14.2 Requisitos	327
CAPÍTULO 15 – DOLO	333
15.1 Distinção.....	333
15.2 Conceito	334
15.3 Classificação.....	334
15.4 Requisitos	335
CAPÍTULO 16 – COAÇÃO	339
16.1 Conceito	339
16.2 Classificação.....	340
16.3 Requisitos	341
16.4 Exclusões	343
16.5 Coação de terceiro	344
CAPÍTULO 17 – ESTADO DE PERIGO	347
17.1 Conceito	347
17.2 Requisitos	347
CAPÍTULO 18 – LESÃO	351
18.1 Conceito	351
18.2 Requisitos	351

18.3	Lesão nas relações de consumo.....	353
18.4	Lesão usurária.....	354
CAPÍTULO 19 – FRAUDE CONTRA CREDORES.....		357
19.1	Introdução.....	357
19.2	Conceito.....	358
19.3	Hipóteses.....	359
19.4	Transmissão gratuita de bens e remissão de dívida.....	359
19.5	Contratos onerosos.....	361
19.6	Pagamento de dívida não vencida.....	363
19.7	Garantia de dívida.....	363
19.8	Negócios ordinários.....	364
19.9	Ação revocatória.....	364
19.10	Fraude contra credores e fraude à execução.....	366
CAPÍTULO 20 – SIMULAÇÃO.....		371
20.1	Conceito.....	371
20.2	Características.....	372
20.3	Classificação.....	373
20.4	Fraude à lei.....	375
20.5	Nulidade do negócio jurídico simulado.....	376
CAPÍTULO 21 – INVALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO.....		379
21.1	Classificação.....	379
21.2	Distinção entre nulidade e anulabilidade.....	381
21.3	Nulidade.....	382
21.4	Anulabilidade.....	385
21.5	Confirmação do negócio jurídico anulável.....	386
21.6	Prazos para anulação do negócio jurídico.....	387
21.7	Obrigação assumida por incapaz.....	388
21.8	Obrigação anulada e restituição do valor pago ao incapaz.....	388
21.9	Responsabilidade civil do incapaz e dos representantes legais.....	389
21.10	Invalidade do instrumento.....	390
21.11	Consequências da invalidação do negócio jurídico.....	391
21.12	Invalidade parcial do negócio jurídico.....	391
CAPÍTULO 22 – ATOS ILÍCITOS.....		393
22.1	Introdução.....	393
22.2	Conceito.....	393
22.3	Ato ilícito.....	395
22.3.1	Ação ou omissão.....	395
22.3.2	Dolo ou culpa.....	397
22.3.3	Dano.....	400

22.3.3.1	Danos material, moral e estético.....	401
22.3.3.2	Danos materiais e morais coletivos	406
22.3.4	Relação de causalidade	408
22.4	Responsabilidade civil objetiva	413
22.4.1	Pessoas jurídicas de direito público e de direito privado prestadoras de serviços públicos.....	416
22.4.2	Notários e oficiais de registro	417
22.4.3	Contrato de transporte	419
22.4.4	Relação de consumo.....	421
22.4.5	Dano ambiental.....	423
22.5	Abuso de direito.....	425
22.6	Exclusão da ilicitude	428
22.6.1	Legítima defesa	428
22.6.2	Exercício regular de direito	430
22.6.3	Estado de necessidade.....	430
CAPÍTULO 23 – FORMA DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS.....		433
23.1	Introdução	433
23.2	Negócios jurídicos formais e não formais.....	437
CAPÍTULO 24 – PROVA DOS FATOS JURÍDICOS.....		439
24.1	Introdução	439
24.2	Meios de prova.....	442
24.3	Confissão.....	442
24.4	Documento e instrumento.....	444
24.5	Testemunha.....	450
24.6	Presunção	452
24.7	Perícia.....	454
24.8	Inspeção judicial	455
24.9	Ata notarial.....	456
24.10	Prova emprestada.....	456
CAPÍTULO 25 – PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA.....		459
25.1	Introdução	459
25.2	Conceito	460
25.3	Distinção.....	465
25.4	Prescrição da pretensão e da exceção.....	467
25.5	Renúncia da prescrição	470
25.6	Prescrição como matéria de ordem pública	470
25.7	Alcance.....	472
25.8	Regra de transição	473
25.9	Processo.....	474
25.10	Causas que impedem ou suspendem a prescrição	475

25.11	Causas que interrompem a prescrição	480
25.12	Prazos de prescrição	485
25.13	Prescrição intercorrente.....	499
25.14	Decadência	504
25.15	Prazos de decadência.....	506
25.16	Anulação de ato pela administração pública	509
25.17	Débito da Fazenda Pública.....	511
25.18	Ressarcimento ao erário e sanções por improbidade administrativa...	515
25.19	Pretensão punitiva decorrente do poder de polícia	519
25.20	Crédito decorrente de multa por infração à legislação	520
25.21	Crédito tributário	520
25.22	Receita patrimonial (não tributária)	522
25.23	Crédito trabalhista	523
BIBLIOGRAFIA		529

PARTE II DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

Notas prévias do autor		539
CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO AO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES		541
1.1	Introdução	541
1.2	Evolução	543
1.3	Conceito de obrigação	544
1.4	Distinção.....	547
1.5	Elementos da obrigação	548
	1.5.1 Sujeitos	548
	1.5.2 Objeto.....	551
	1.5.3 Vínculo jurídico.....	554
1.6	Fontes das obrigações	559
	1.6.1 Fontes das obrigações na antiguidade e no Direito Romano..	559
	1.6.2 Fontes das obrigações em sistemas estrangeiros.....	561
	1.6.3 Fontes das obrigações no Direito brasileiro	561
1.7	Classificação das obrigações.....	564
	1.7.1 Classificação no Direito Romano	564
	1.7.2 Classificação no Direito positivo	564
	1.7.3 Obrigações simples e cumulativas (conjuntivas)	566
	1.7.4 Obrigações únicas e múltiplas	568
	1.7.5 Obrigações de meio, de resultado e de garantia.....	569
	1.7.6 Obrigações puras e simples, condicionais, a termo e modais....	571
	1.7.7 Obrigações principais e acessórias.....	572
	1.7.8 Obrigações líquidas e ilíquidas	572

1.7.9	Obrigações civis e naturais	573
CAPÍTULO 2 – OBRIGAÇÃO DE DAR COISA CERTA		575
2.1	Introdução	575
2.2	Natureza jurídica	575
2.3	Pluralidade de obrigações.....	577
2.4	Obrigações de dar e de entregar.....	577
2.5	Regime jurídico	577
2.6	Acessórios	578
2.7	Perecimento da coisa.....	578
2.8	Deterioração da coisa	580
2.9	Melhoramentos e acréscidos	580
2.10	Obrigações de restituir.....	581
2.11	Direito Processual.....	585
2.12	Obrigações pecuniárias	587
CAPÍTULO 3 – OBRIGAÇÃO DE DAR COISA INCERTA		593
3.1	Conceito	593
3.2	Distinção.....	593
3.3	Regime jurídico	594
3.4	Escolha	595
3.5	Direito Processual.....	598
CAPÍTULO 4 – OBRIGAÇÃO DE FAZER		601
4.1	Conceito	601
4.2	Distinção.....	601
4.3	Classificação.....	602
4.4	Cumprimento.....	603
4.5	Impossibilidade da prestação.....	604
4.6	Obrigações fungíveis	605
4.7	Direito Processual.....	606
4.8	Compensação e cessão.....	610
CAPÍTULO 5 – OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER.....		611
5.1	Conceito	611
5.2	Regime jurídico	612
5.3	Direito Processual.....	613
CAPÍTULO 6 – OBRIGAÇÃO ALTERNATIVA		617
6.1	Introdução	617
6.2	Conceito	619
6.3	Caracterização	619
6.4	Escolha	619

6.5	Concentração	622
6.6	Impossibilidade ou inexecutabilidade das prestações.....	623
6.7	Legado alternativo	628
6.8	Cumprimento.....	628
CAPÍTULO 7 – OBRIGAÇÃO FACULTATIVA		631
7.1	Introdução.....	631
7.2	Conceito	632
7.3	Regime jurídico	632
7.4	Distinção.....	632
CAPÍTULO 8 – OBRIGAÇÕES DIVISÍVEIS E INDIVISÍVEIS		635
8.1	Introdução.....	635
8.2	Classificação.....	636
8.3	Conceito	637
8.4	Casuística	639
8.5	Obrigação divisível ou indivisível com um devedor e um credor.....	640
8.6	Obrigação divisível e pluralidade de devedores ou de credores.....	641
8.7	Obrigação indivisível e pluralidade de devedores.....	642
8.8	Obrigação indivisível e pluralidade de credores	643
8.9	Conversão em perdas e danos	644
8.10	Incapacidade relativa e anulabilidade.....	645
CAPÍTULO 9 – OBRIGAÇÃO SOLIDÁRIA		647
9.1	Introdução.....	647
9.2	Conceito	648
9.3	Composição.....	648
9.4	Espécies	649
9.5	Distinção.....	651
9.6	Consequências	651
9.7	Características	653
9.8	Previsão.....	653
9.9	Modalidades de obrigações na solidariedade	655
CAPÍTULO 10 – SOLIDARIEDADE ATIVA		657
10.1	Introdução.....	657
10.2	Conceito	659
10.3	Extinção da obrigação	660
10.4	Falecimento de credor solidário.....	661
10.5	Conversão em perdas e danos	662
10.6	Direito de regresso.....	662
10.7	Defesas pessoais.....	663
10.8	Direito Processual.....	664

CAPÍTULO 11 – SOLIDARIEDADE PASSIVA	667
11.1 Introdução	667
11.2 Direito do credor	669
11.3 Ajuizamento da ação	669
11.4 Direito Processual.....	670
11.5 Herdeiros do devedor solidário.....	672
11.6 Pagamento parcial.....	672
11.7 Obrigação adicional.....	673
11.8 Impossibilidade da prestação.....	674
11.9 Juros da mora	674
11.10 Defesas pessoais e comuns	675
11.11 Renúncia da solidariedade.....	677
11.12 Direito de regresso	678
11.13 Outras previsões.....	681
CAPÍTULO 12 – OBRIGAÇÃO NATURAL	685
12.1 Introdução	685
12.2 Conceito	686
12.3 Distinção.....	686
12.4 Natureza jurídica	687
12.5 Características	688
12.6 Casuística	689
CAPÍTULO 13 – OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS E ACESSÓRIAS	691
13.1 Introdução	691
13.2 Consequências	691
13.3 Obrigações acessórias.....	693
CAPÍTULO 14 – OBRIGAÇÕES LÍQUIDAS E ILÍQUIDAS	695
14.1 Conceito	695
14.2 Aplicação	696
14.3 Direito Processual.....	697
CAPÍTULO 15 – OBRIGAÇÕES CONDICIONAIS, MODAIS E A TERMO	699
15.1 Obrigação pura e simples	699
15.2 Obrigação condicional	699
15.3 Obrigação modal.....	701
15.4 Obrigação a termo.....	702
CAPÍTULO 16 – OBRIGAÇÃO <i>PROPTER REM</i>	705
16.1 Introdução	705
16.2 Conceito	705
16.3 Natureza jurídica	707

16.4	Distinção.....	708
16.5	Casuística	711
CAPÍTULO 17 – CESSÃO DE CRÉDITO		719
17.1	Transmissão das obrigações.....	719
17.2	Evolução	720
17.3	Conceito	721
17.4	Distinção.....	722
17.5	Espécies	722
17.6	Requisitos	724
17.7	Objeto.....	725
17.8	Forma.....	728
17.9	Notificação do devedor	730
17.10	Efeitos.....	737
17.11	Responsabilidade do cedente.....	738
17.12	Crédito penhorado	740
17.13	Direito Processual.....	742
CAPÍTULO 18 – ASSUNÇÃO DE DÍVIDA		745
18.1	Introdução	745
18.2	Conceito	745
18.3	Distinção.....	746
18.4	Requisitos	747
18.5	Modalidades.....	748
18.6	Efeitos.....	750
CAPÍTULO 19 – CESSÃO DE CONTRATO		753
19.1	Introdução.....	753
19.2	Conceito	753
19.3	Natureza jurídica	754
19.4	Distinção.....	755
19.5	Requisitos	756
19.6	Responsabilidade do cedente.....	757
19.7	Classificação.....	757
19.8	Casuística	758
CAPÍTULO 20 – PAGAMENTO		763
20.1	Introdução	763
20.2	Conceito	763
20.3	Terminologia	764
20.4	Natureza jurídica	767
20.5	Requisitos	768
20.6	Quem deve pagar.....	769

20.7	A quem se deve pagar.....	774
20.8	Objeto do pagamento	777
20.8.1	Correção do valor da prestação por motivos imprevisíveis.....	780
20.9	Prova do pagamento.....	785
20.9.1	Modalidades de quitação.....	787
20.9.2	Presunções de pagamento.....	788
20.9.3	Classificação da quitação.....	789
20.9.4	Ônus de provar o pagamento.....	789
20.10	Despesas com o pagamento e a quitação.....	790
20.11	Pagamento por medida ou peso.....	791
20.12	Lugar do pagamento.....	791
20.13	Tempo do pagamento.....	793
CAPÍTULO 21 – PAGAMENTO EM CONSIGNAÇÃO.....		801
21.1	Introdução.....	801
21.2	Conceito.....	801
21.3	Hipóteses.....	802
21.4	Consignação extrajudicial e ação de consignação em pagamento.....	804
21.5	Requisitos.....	805
21.6	Lugar da consignação.....	807
21.7	Levantamento do depósito.....	807
21.8	Consignação de coisa certa e incerta.....	808
21.9	Despesas com a consignação e extinção da obrigação.....	809
21.10	Consignação do resgate do aforamento.....	809
CAPÍTULO 22 – PAGAMENTO COM SUB-ROGAÇÃO.....		811
22.1	Introdução.....	811
22.2	Conceito.....	812
22.3	Distinção.....	812
22.4	Espécies.....	813
22.5	Sub-rogação legal.....	814
22.6	Sub-rogação convencional.....	817
22.7	Efeitos.....	819
22.8	Sub-rogação parcial.....	821
CAPÍTULO 23 – IMPUTAÇÃO DO PAGAMENTO.....		823
23.1	Conceito.....	823
23.2	Requisitos.....	823
23.3	Espécies.....	824
CAPÍTULO 24 – DAÇÃO EM PAGAMENTO.....		829
24.1	Introdução.....	829
24.2	Conceito.....	829

24.3	Requisitos	830
24.4	Distinção.....	831
24.5	Regime jurídico	832
CAPÍTULO 25 – NOVAÇÃO.....		835
25.1	Introdução.....	835
25.2	Conceito	836
25.3	Espécies	836
25.4	Requisitos	840
25.5	Efeitos.....	844
CAPÍTULO 26 – COMPENSAÇÃO		849
26.1	Introdução.....	849
26.2	Conceito	850
26.3	Requisitos	851
26.4	Espécies	854
26.5	Efeitos.....	856
26.6	Exclusão da compensação	856
26.7	Compensação e cessão de crédito.....	859
26.8	Compensação e penhora de crédito	861
26.9	Compensação de dívidas pagáveis em lugares distintos.....	861
26.10	Compensação e imputação do pagamento	862
26.11	Compensação de dívidas fiscais	862
26.12	Direito Processual.....	864
CAPÍTULO 27 – CONFUSÃO.....		865
27.1	Conceito	865
27.2	Distinção.....	866
27.3	Ocorrência	866
27.4	Espécies	867
27.5	Efeitos.....	868
CAPÍTULO 28 – REMISSÃO DA DÍVIDA		869
28.1	Conceito	869
28.2	Requisitos	869
28.3	Distinção.....	870
28.4	Espécies	870
28.5	Devolução do título	871
28.6	Devolução do objeto empenhado	872
28.7	Regime jurídico	872
CAPÍTULO 29 – INADIMPLENTO DAS OBRIGAÇÕES.....		875
29.1	Introdução.....	875

29.2	Consequência do inadimplemento da obrigação	875
29.3	Inadimplemento culposo.....	878
29.4	Contratos benéficos e onerosos.....	880
29.5	Caso fortuito ou força maior.....	880
CAPÍTULO 30 - MORA		885
30.1	Introdução	885
30.2	Conceito	885
30.3	Efeitos da mora do devedor	888
30.4	Início da mora do devedor	889
30.5	Mora do credor.....	891
30.6	Mora do devedor e do credor.....	893
30.7	Purgação da mora	893
30.8	Diplomas legais específicos	894
30.9	Mora e inadimplemento.....	907
CAPÍTULO 31 - PERDAS E DANOS		909
31.1	Introdução	909
31.2	Dano material e dano moral.....	910
31.3	Danos emergentes e lucros cessantes	911
31.4	Abrangência	912
31.5	Indenização das perdas e danos.....	914
CAPÍTULO 32 - JUROS		919
32.1	Conceito	919
32.2	Distinção.....	920
32.3	Juros compensatórios	920
32.4	Juros moratórios.....	926
32.5	Direito Processual.....	934
32.6	Falência e liquidação extrajudicial.....	936
CAPÍTULO 33 - CLÁUSULA PENAL		937
33.1	Introdução	937
33.2	Natureza jurídica	938
33.3	Nulidade da obrigação.....	938
33.4	Extinção da obrigação	939
33.5	Finalidade	939
33.6	Distinção.....	940
33.7	Espécies	942
33.8	Momento de incidência	944
33.9	Valor.....	945
33.10	Redução	946
33.11	Elevação.....	949

33.12	Pluralidade de devedores.....	950
33.13	Prejuízo	950
33.14	Evicção.....	955
33.15	Falência e liquidação extrajudicial.....	955
CAPÍTULO 34 – ARRAS OU SINAL		957
34.1	Conceito	957
34.2	Evolução	957
34.3	Distinção.....	958
34.4	Natureza jurídica	959
34.5	Espécies	959
34.6	Arras confirmatórias.....	960
34.7	Arras penitenciais.....	962
34.8	Indenização suplementar	963
34.9	Relações de consumo	965
BIBLIOGRAFIA		967